

## **Vivendo bandeirantemente e morrendo *cristãmente*: a remissão do bandeirante à beira da morte**

Dr. Manuel Pacheco Neto  
Universidade Federal da Grande Dourados  
manuelneto@ufgd.edu.br

**Resumo:** Considerado um herói nacional pela historiografia apologética, bem como um carrasco inconsequente pelas crônicas jesuíticas, o bandeirante caçou, escravizou e matou índios, empregando formas extremas de violência em seus ataques aos núcleos populacionais nativos, principalmente aqueles que se encontravam reunidos nas missões jesuíticas. Católico, este desbravador demonstrava, no final da vida, uma conduta que denotava temor ao seu destino após a morte, cumprindo fielmente as convenções religiosas e, ansiando por salvação, doando consideráveis parcelas de seu patrimônio à igreja. Este trabalho trata desta importante particularidade deste personagem, propondo, ao final, a teoria de Norbert Elias como aporte para trabalhos futuros.

**Abstract:** Considered a national hero by the apologetic historiography, as well as an executioner inconsequential by chronic Jesuit, the pioneer hunted, killed and enslaved indians, employing extreme forms of violence in their native attacks on population centers, especially those who were gathered in the Jesuit missions. Catholic, this pioneer showed at the end of life, conduct denoting fear of his fate after death, faithfully fulfilling the religious conventions and yearning for salvation, donating significant portions of their assets to the church. This paper addresses this important feature of this character, proposing the end, the theory of Norbert Elias as input for future work.

**Palavras-Chave:** Desbravador. Morte. Índio

**Key-Words:** Pioneer. Death. Indian

A extrema violência dos ataques dos bandeirantes às missões jesuíticas semeou profundo temor entre indígenas e clérigos. Quando dos assaltos, o pânico generalizado tomava conta das reduções, enquanto a destruição e o massacre reinavam imperiosamente, em meio a corpos desmembrados e igrejas e edificações incendiadas. Uma babel de sons instituí-se caoticamente, quebrando o funcionamento da ordem estabelecida pelos padres. O alto crepitar das grandes labaredas que devoravam os edifícios, as vozes ríspidas dos cabos de tropa ordenando a matança, os estampidos dos mosquetes, o choro das crianças, os gritos das mães desesperadas, os lamentos de agonia dos moribundos, os clamores de clemência dos missionários. Em termos simplistas, as expedições de apresamento eram agregações de ansejos se deslocando pela mata à caça de seres humanos. Nesse sentido, passando à larga das implicações contextuais, os bandeirantes eram caçadores de gente. Levando em conta ainda o morticínio quando do abrupto início dos ataques – morticínio este que visava coibir qualquer forma de resistência, através do pavor generalizado –, podemos adjetivar os bandeirantes não apenas como *caçadores*, mas também como *predadores* de gente. Afirmamos isto embasados pela lexicologia, pois a acepção literal da palavra predador significa: *o ser que destrói outro violentamente*.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.

Os aprestos para a organização de uma bandeira de apresamento incluíam instrumentos diversos, sendo que muitos deles tinham como objetivo o combate e a aniquilação da vida. Entre esses gêneros constavam o mosquete, o mosquetão, o alfanje, o punhal e o machete. Para os sertanistas mais proeminentes acrescentava-se ainda a espada, que não tinha seu uso generalizado entre os expedicionários.

Os flecheiros, predominantemente indígenas engajados nas bandeiras, ofertavam também a opção das mortíferas setas envenenadas, bem como das incendiárias. Vale ainda registrar que o facão e o machado, que em primeira instância tinham como fim o desbaste dos caminhos e trilheiros, eram também utilizados contra os índios nos ataques às reduções jesuíticas, como teremos oportunidade de observar adiante. Cumpre também afirmar que mosquetes, mosquetões e flechas eram amplamente utilizados para as práticas venatórias de subsistência, bem como para a defesa ante animais selvagens, especialmente os felinos de grande porte<sup>2</sup>, significativamente profusos nas matas do Brasil Colonial.

Como usurpadores da cobiçada mão de obra indígena, os bandeirantes das expedições apresadoras de certo modo eram impelidos ao emprego da força e da agressividade, já que muitos grupos indígenas – especialmente os já *cristianizados* – não eram conquistados pelas artimanhas da oratória, artimanhas estas propaladas pela historiografia apologética como *pacificação* dos índios, ou ainda como *conquista pacífica* dos mesmos.

O braço do silvícola era necessário como lenitivo para a miséria do planalto de São Paulo. Esse lenitivo era via de regra obtido através de métodos inumanos, porém práticos. A eficiência das bandeiras de apresamento, muitas vezes, tinha ligação direta com o teor de selvageria empregado nos ataques aos grupos indígenas. Não por acaso, os assaltos às reduções jesuíticas constam na historiografia como dentre os que mais capturaram índios. O elemento surpresa e o prorrompimento abrupto da agressividade extrema arrefeciam as intenções de resistência, prostrando submissa a grande maioria da população da redução invadida. A estupefação e o aturdimento ante a determinação destruidora do ataque, normalmente sufocavam o ânimo guerreiro dos indígenas, num primeiro momento fazendo-os expectadores da exterminação de diversos integrantes de sua comunidade, em seguida tornando-os fugitivos amedrontados, em busca de salvação individual. Com o pavor semeado, extinguiu-se as possibilidades de oponência coletiva, emergindo o comportamento de fuga, que naturalmente sucede o medo profundo.

No que tange à entrada dos paulistas na redução de Jesus Maria, observemos o que escreveu Montoya:

Foi assim, e a som de caixa, de bandeira desfraldada e em ordem militar, que os paulistas entraram pelo povoado já disparando armas e, sem aguardarem parlamentação, atacando a igreja com a detonação de seus mosquetes. Havia se acolhido a ela a gente do povo<sup>3</sup> [...] Malferido e cheio de cansaço protegeu-se um dos religiosos atrás de um tronco de madeira. Com isso todos assestaram a ele sua pontaria (MONTROYA, 1985, p. 243).

Essas palavras, escritas na terceira década do século XVII, expõem de forma clara que os assaltos dos sertanistas de Piratininga se caracterizavam predominantemente pelo viés da aniquilação inicial de índios e padres, num furor predatório que imolava considerável número de pessoas, antes que o apresamento propriamente dito se consumasse. Sobre isso, na obra *Capítulos de História Colonial*, escreveu Capistrano de Abreu:

---

<sup>2</sup> Onças pintadas, onças negras e suçuaranas (onças pardas).

<sup>3</sup> A gente do povo são os índios da redução em questão.

[...] À primeira investida morrem muitos dos assaltados e logo desmaia-lhes a coragem; os restantes, amarrados, são conduzidos ao povoado e distribuídos segundo as condições em que se organizou a bandeira (ABREU, 1982, p. 114).

Privilegiando o entendimento sobre o aspecto militar dessa e de outras expedições que devastaram as reduções jesuíticas do Guairá e Tape, observemos o que escreveu Monteiro:

No sul, particularmente em São Paulo, os colonos desenvolveram formas específicas de apresamento, inicialmente privilegiando a composição de expedições de grande porte, com organização e disciplina militares. Foram estas as expedições que assolaram as missões jesuíticas do Guairá (atual estado do Paraná) e Tape (atual Rio Grande do Sul), transferindo dezenas de milhares de índios guarani para os sítios e fazendas dos paulistas (MONTEIRO, 1998, p. 108 e 109).

Esta citação de Monteiro aqui é feita tão somente visando a elucidação das características fortemente tendentes ao militarismo, presentes nas bandeiras de apresamento até aproximadamente 1640. Milícias armadas e estratificadas hierarquicamente invadiam as reduções, observando o cumprimento de estratégias previamente elaboradas, empunhando bandeiras<sup>4</sup> e tocando caixas de guerra. Eram regimentos de combate em primeira instância, que chacinavam primeiramente um determinado contingente do *inimigo*, incutindo pavor nos sobreviventes, que eram o objetivo principal do ataque. Na obra *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, Monteiro escreveu sobre o triste destino de alguns índios no trajeto entre o local de apresamento e o planalto paulista. Quanto a isso faremos menção adiante. Ainda sobre o ataque dos bandeirantes à redução de Jesus Maria, vejamos a continuidade da narrativa de Montoya: “Resolveram os inimigos queimar a igreja ... por três vezes atiraram setas inflamadas ... o fogo fez, na quarta tentativa, a presa irremediável na palha da igreja” (MONTROYA, 1985, p. 244).

Lembre-mos que a igreja estava apinhada, acolhendo a *gente do povo* em seu interior, que para lá havia confluído quando do início da sanha assassina dos expedicionários de São Paulo. O ato de incendiar o edifício propiciaria sua evacuação forçada ou mesmo queimaria vivas as não poucas pessoas que lá se abrigavam do caos exterior. Acuados pela fumaça e pelo calor que se adensavam, religiosos e índios foram tomados pelo mais paroxístico desespero. No desnorteio coletivo, um impasse implacável se apresentava: lá fora estavam à espera o chumbo, o aço ou na melhor das hipóteses o apresamento; cá dentro as labaredas se avultavam rapidamente, cascatas de palhas chamejantes caíam do teto, onde as vigas eram já de um vermelho vivo e incandescente. As toras das paredes em pouco seriam grossos cilindros em brasa, que tombariam ao chão. A morte por incineração seria uma amarga escolha, uma escolha praticamente impossível de ser feita, dado seu caráter indizivelmente doloroso. A opção pelo abandono da igreja se deu causada pela fuga do fogo. A porta principal do templo estava em chamas, restando aos apavorados índios e jesuítas a saída por um baixo portão secundário. Destramelando-o e passando em fila pela estreita abertura, muitos indígenas encontraram um hediondo fim do lado de fora. Vejamos as palavras de Montoya:

Abriram então um portãozinho, pelo qual saíram os índios [...] Com isso acudiram ao mesmo portãozinho, como possessos pelo demônio, aqueles

---

<sup>4</sup> Aqui o termo tem seu significado mais usual.

tigres ferozes<sup>5</sup> e começaram, com espadas, facões e alfanjes, a derrubar cabeças, matando com a maior brutalidade ou barbaridade já vista no mundo (MONTROYA, 1985, p. 244 e 245).

Fugindo do fogo, saindo em fila pela exígua passagem que conduzia para o exterior da igreja, os índios foram trucidados pelos bandeirantes. A cena descrita pelo autor de *A conquista espiritual* não nos sugere nenhuma espécie de confronto, nenhuma espécie de refrega ou batalha. Aponta sim para um episódio onde vários assassinatos foram cometidos por homens armados, cujas vítimas – adultos<sup>6</sup> e crianças – saíram desnorteados de um prédio enfumaçado e incandescente, prestes a desabar. Nada de peleja, nada de contenda, mas sim um grupo de sertanistas, deliberadamente esqueteando toda uma fila de índios. Uma aberrante horda de carrascos, uma inconcebível turba de verdugos em ação, tangendo a concreitude bestial de um inimaginável festival sanguinário, surrealista e orgiaco, onde pedaços de corpos caíam sucessivamente ao chão. O paroxismo da algidez humana configurou-se quando os pequenos párvulos indígenas foram mortos. Recém-nascidos, que há pouco tempo repousavam no calor do ventre materno, agora experimentavam a frialdade cortante das lâminas afiadas. Como corolário de sua obra nefasta, os bandeirantes cometeram sucessivos infanticídios na redução de Jesus Maria. Quanto a isso, escreveu Montoya:

Digo sem exageros que aqui se viu a crueldade de Herodes, e se viu em muito acrescida, porque aquele, ao perdoar às mães, contentou-se com o sangue de seus filhinhos delicados. Mas estes (novos “Herodes”) não se fartaram nem com uma nem com outra coisa, não bastando à sua ferocidade insaciável sequer os arroios que do sangue inocente brotavam. Provavam eles o fio de aço dos seus sabres em cortarem os meninos em duas partes, em lhes abrirem as cabeças e despedaçarem os seus membros fracos. Importavam numa confusão horrenda os gritos, o berreiro e os uivos destes lobos, de mistura com as vozes chorosas das mães, que ficavam atravessadas pela espada bárbara e também pela dor de verem despedaçados os seus filhinhos (MONTROYA, 1985, p. 245).

Este nefando morticínio junto ao templo fumegante, condenado pelas labaredas, engendrou uma visão ultrajante aos olhos do jesuíta. Faz-se oportuno observar, à guisa de ênfase, que na mentalidade sertanista o desencadear da mortandade obedecia a princípios que visavam um propósito: o apresamento dos autóctones (que como já observaram vários autores – citando trechos de escritos bandeirantistas – era o *remédio* para a *pobreza* do povoado do planalto).

Analisar as investidas bandeirantes à luz dos conceitos que regem a sociedade do Brasil atual, seria por demais pueril. O olhar do homem do século XXI, se dissociado de todos os determinismos sociais do século XVII, seria desfocado, perdendo-se em algum ponto entre duas palavras de significados diametralmente opostos: civilização e barbárie. É certo que o significado de ambos os vocábulos, em termos conceituais (não literais ou lexicológicos), encerram conotações digamos *modificadas*, decorridos quase quatrocentos anos. Em outras palavras, o que hoje se entende por barbárie não é exatamente o mesmo que se entendia na décima sétima centúria, podendo ser dito o mesmo em relação ao termo civilização. As temporalidades diferentes, bem como o

---

<sup>5</sup> Aqui MONTROYA (1985) se refere aos bandeirantes como *tigres ferozes*, numa alusão alegórica a predação e violência presenciada por ele na redução de Jesus Maria.

<sup>6</sup> Sendo os índios adultos de ambos os sexos mercadorias valiosas no planalto paulista, é provável que fossem muitos deles poupados da morte, sem que isso possa conferir segurança para que afirmemos que não foram muitos os assassinados.

considerável espaço cronológico que medeia entre os *seiscentos* e o início do século XXI, requerem uma postura científica cautelosa quanto à essa questão da terminologia e suas concepções, que se flexibilizam no decurso dos anos, apesar de, via de regra, as acepções literais das palavras serem mantidas. Fazemos estas reflexões tão somente para evidenciar nossa preocupação no que concerne ao cuidado em não lançarmos insinuações atemporais, desprovidas das indispensáveis implicações históricas que envolveram as bandeiras, neste caso as específicas de caça ao índio. Imiscuir qualquer conceito ou juízo de valor contemporâneo ao abordar o Brasil Colonial, certamente resultaria num desmonte de qualquer arremedo de compreensão do período em pauta. Nesta tarefa, a inserção desavisada de qualquer código de conduta hoje concebido coletiva e tacitamente, ainda que não expresso na formalidade das leis, evocaria, mesmo que involuntariamente, o anacronismo. Neste caso, o embuste historiográfico se consumiria, ao limitar os atos dos homens do passado entre as raiais que balizam o comportamento dos homens de hoje. A mentalidade – mesmo levadas em conta as permanências – é outra, os padrões sociais não são iguais, e o mais importante: os contextos históricos não são similares, com toda a sua carga multifacetada de contingências e fatores determinantes.

Os bandeirantes eram homens de sua própria época, regidos por peculiaridades históricas específicas, onde o fator econômico desempenhou um papel preponderante. Os maltrapilhos que habitavam a vila de São Paulo, logrando superar a carestia profunda de suas vidas, lançaram-se ao sertão, tornando-se caminantes de inusitadas longitudes. A mentalidade dos bandeirantes também apresentava traços singulares, produto do antagonismo entre a violência desenfreada e o catolicismo dogmático. Tementes a Deus, mas descumpridores dos principais ditames do cristianismo, escoavam suas vidas escravizando, torturando, estuprando e matando. Escreveu Montoya: “Não há dúvida que tenham fé em Deus, mas são do diabo as suas obras” (MONTROYA, 1985, p. 244).

Essa dialética traduzia-se na presença de capelães nas expedições. Estes não se apresentavam trajados para confrontos, mas sim envergando hábitos religiosos, com alentados terços e cruzes pendentes a cingirem-lhes as cinturas. Em *Entradas e Bandeiras*, Volpato (1980) faz comentários interessantes sobre a relação dos sertanistas paulistas com a espiritualidade cristã. A síntese das palavras dessa autora aponta os paulistas como homens que pareciam buscar a reconciliação com Deus já à beira da morte. Exauridos da juventude, rememorando as vilezas cometidas ao longo dos anos, os bandeirantes acovardavam-se ante a perspectiva da danação eterna no fogo do inferno. Ao avizinhar-se a implacabilidade da justiça divina, não poucos cabos de tropa ou mestres de campo transformavam-se em anciãos temerosos, configurando a antítese de si mesmos quando moços. Não mais a impetuosidade agressiva e avassaladora; não mais a busca de soluções práticas para os problemas imediatos; não mais a mortandade de índios indefesos ou guerreiros; não mais a vazão da concupiscência com índias subjugadas à força; não mais crianças despedaçadas; não mais missionários aviltados com injúrias; não mais igrejas e altares destruídos! No crepúsculo da vida, no ocaso da existência terrena, muitos bandeirantes adquiriam modos brandos, afáveis.

Nos testamentos da época, constam o reconhecimento de inúmeros filhos bastardos por parte de sertanistas longevos. Filhos rejeitados ao longo da vida, repentinamente aquinhoados na partilha dos bens do pai sertanista, o qual por vezes jamais vira. O bandeirante idoso, antípoda evanescente de si próprio, buscava redimir-se de todas as formas, observando todas as convenções religiosas afoitamente, dada a exiguidade do tempo que lhe restava. À procura da salvação, encenava-se a paródia do velho sertanista sorvendo o sangue de Cristo na hóstia sagrada, ao invés de banhar o

sabre no sangue indígena. Os que se acamavam devido a moléstias longas, pediam a visita regular do padre à beira do leito, ansiando por conforto espiritual. A boca que outrora, em voz tonitruante, proferira impropérios aos inacianos, era a mesma que agora, murcha e ressequida, murmurava para o missionário, confessando pecados ignóbeis, antes de abrir-se flacidamente para receber a comunhão. Quando já em seus estertores, na iminência imediata da expiração, o vetusto bandeirante recebia a extrema-unção, consumando sua vida em sentido inverso ao que escreveu Cassiano Ricardo em *Marcha para o Oeste*: “Cristãmente e bandeirantemente” (RICARDO, 1942, p. 210). Na verdade, os paulistas agiam *bandeirantemente* por quase toda a vida, procurando apenas morrer *crístãmente*, para expiar suas faltas. A obra de Ricardo é um inexaurível manancial de frases que intentam conciliar os bandeirantes com a cristandade, apresentando-os como prestadores de relevantes serviços ao catolicismo incipiente do Brasil Colonial. Vejamos esta: “Uma coisa porém é certa: a bandeira prestou maior serviço ao cristianismo do que o cristianismo à bandeira” (RICARDO, 1942, p.231). Sabedores que somos da sanha sanguinária das expedições apresadoras, vejamos agora esta: “Cristãmente se realizavam, dentro da bandeira, todos os atos da vida quotidiana” (RICARDO, 1942, p. 211). Pretendendo arrazoar favoravelmente a respeito de João Leme, homicida considerado bandido até mesmo pelos piratinicanos e a quem Holanda adjetivou como *facinoroso*, Ricardo saiu-se assim: “O próprio João Leme da Silva (um dos irmãos Leme) não morreu no cadafalso mas cristãmente?” (RICARDO, 1942, p. 211). Sobre Jorge Velho, o homem que chefiou a matança e a degola de quase três centenas de tapuios, além de literalmente reduzir a pedaços o corpo de Zumbi, dizimando ainda nas refregas de Palmares mais de duzentos negros, escreveu Ricardo:

[...] o próprio Domingos Jorge doando, em testamento, trinta das suas fazendas de criar em favor dos jesuítas do Colégio da Baía, com o ônus, verdadeiramente cristão, de que as rendas se destinassem, também, ao amparo das viúvas indigentes (RICARDO, 1942, p. 220).

Para nós, a doação de Jorge Velho, que aquinhoou os jesuítas generosamente em seu rol testamentário, exemplifica de forma clara o *modus vivendi* do bandeirante ancião, que como já abordamos, caracteriza-se pelo pendor para a redenção, temendo a sobrenaturalidade vindoura após o fencimento. Vale lembrar que, o assaz considerável patrimônio de Jorge Velho, foi em grande parte obtido com a exterminação dos tapuios e dos palmarinos. Essas duas chacinhas, que foram encomendadas pelo Governo Geral do Brasil e ratificadas em contrato pela coroa portuguesa, previam o cedimento de muitas terras para o bandeirante, além da posse de todos os negros sobreviventes das pelejas em Palmares. Destarte, Domingos Jorge transformou-se num senhor de terras, com uma escravatura farta, composta de braços indígenas e negros. Um mestre de campo, um andejo que matara sob contrato para ser pago com terras ... um mestre de campo envelhecido, que contempla os seguidores de Inácio de Loyola com uma grande área de três dezenas de fazendas, granjeada à custa de farto derramamento de sangue. Em sentido figurado, pode ser dito que Jorge Velho construiu seu patrimônio sob uma alentada pilha de corpos humanos, desmembrados diga-se de passagem. A despeito disso Ricardo logra atribuir-lhe o adjetivo *piadoso*, quando o enfoca em um de seus escritos. Jorge Velho, esclareça-se, era dos raríssimos sertanistas que sabiam escrever, sendo apontado por Holanda em *Raízes do Brasil* como detentor de *certo atilamento intelectual*. John Monteiro, na obra *Negros da terra* escreveu: “Domingos Jorge não apenas falava como também escrevia em português, algo inusitado...” (MONTEIRO, 1994, p. 164).

Ao procurar ressaltar a religiosidade do mestre de campo, quando este se ressentia da morte de três de seus homens em certa campanha, escreveu Ricardo:

[...] a respeito de Domingos Jorge Velho, que é piedoso e diz: meu capelão saiu para fóra, estando eu a sair para a campanha; mandei-o buscar; não quis vir [...] morreram-me três homens brancos sem confissão – coisa que mais tenho sentido nesta vida (RICARDO, 1942, p. 230 e 231).

Segundo o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, o adjetivo **piedoso** significa: que tem piedade. Na mesma obra o substantivo **piedade** significa: amor às coisas religiosas; religiosidade; devoção; compaixão; dó; pena. Percebe-se aqui a complexa problemática suscitada por Ricardo, que em seu discurso incursiona por labirintos completamente inesperados, selecionando vocábulos que são verdadeiros primores de representação apologética. A religiosidade bandeirantista, com suas especificidades todas, é de fato apontada por muitos autores, como Holanda, Volpato, Taunay, Haubert, Azevedo, Ellis, Monteiro, Vasconcelos e Montoya, sendo estes dois últimos missionários inacianos. Neste sentido, o temor a Deus e a consciência de sua existência fazem-se claros na mentalidade bandeirante, sendo recorrentes na historiografia. Por outro lado, as acepções compaixão, dó e pena - que são mais diretamente associadas à ideia de piedade – são aqui não apropriadas, uma vez que um sertanista como Jorge Velho não era movido pelos parâmetros desses sentimentos sinônimos. Sua lógica era a da ação, que no momento de sua prática estava completamente dissociada de qualquer conotação convencional castradora. A ação propriamente dita redundaria em obtenção, em grangeamento de bens. Para Jorge Velho, como também para grande parte dos sertanistas de São Paulo, as coisas de Deus e dos sentimentos humanos estavam apartadas de seus atos durante suas empreitadas. Obter sesmarias através da guerra, ou apropriar-se da força de trabalho indígena, eram objetivos que propiciavam benesses palpáveis, concretas.

### ***Capelães, beatões e padres: cúmplices da violência bandeirantista***

As expedições de apresamento incluíam capelães em suas fileiras, que receberam de Montoya a jocosa alcunha de *beatões*. Cumpre aqui observar que esses homens representavam a presença cristã nas bandeiras, porém sem limitar ou refrear os atos dos bandeirantes. Sobre isso, vejamos o que escreveu Montoya:

Levam eles (os bandeirantes) consigo uns lobos vestidos de peles de ovelhas, os quais não passam de uns verdadeiros hipócritas. Tem por ofício o de, enquanto os demais andam roubando e despojando igrejas, bem como atando índios adultos e despedaçando crianças, mostrarem eles mesmos grande rosários pendurados ao pescoço. Além disso se aproximam dos padres, pedem-lhes confessar e se metem a falar sobre a oração e o recolhimento (MONTROYA, 1985, p. 127).

Pelas palavras do inaciano, percebe-se que a figura do capelão no bandeirismo escravizador não denotava qualquer arremedo de indício repressivo, no que diz respeito aos crimes ou *pecados* praticados pelos paulistas. Para que possamos aquilatar melhor essa situação contumaz, vejamos o relato deixado pelo jesuíta, quando do assalto dos bandeirantes à redução de São Francisco Xavier:

Enquanto os demais arrebatavam tudo que viam, um ‘beatão’ daqueles que atrás descrevi, pôs-se sem pressa a falar com um padre sobre coisas muito espirituais, a confissão e as diferenças e graus existentes na oração ... tinha

ele [...] o rosário muito comprido nas mãos. Fingindo que rezava, ia passando com grande pressa as contas. Reparámos depois que ele contava, sem dúvida, os cativos que eles levavam, para calcular o seu quinhão... (MONTROYA, 1985, p. 130).

Aqui, o autor de *A conquista espiritual*, afirma que o capelão procede não apenas de forma alheada ao que ocorre à sua volta. O saque após a abordagem hostil é feito pelos bandeirantes, ao mesmo tempo em que o *beatão* se aproxima de um padre da redução, iniciando um colóquio sobre as coisas de Deus. A vilania do assalto dos paulistas, em pleno curso, parece não lhe dizer respeito. A ação que se desenrola em sua presença, com todas as suas implicações anticristãs, não tolhe sua iniciativa de conversar com o padre da redução sobre práticas religiosas e espirituais, que em seus propósitos doutrinários promovem a ascensão do homem. Abstraído do ataque promovido por seus companheiros de marcha sertaneja, o capelão age com placidez em meio ao apresamento que se consuma. O germe da escravização está sendo gestado em concomitância com a palestra sobre os ditames divinos, iniciada pelo capelão ante o desconfiado e estupefato jesuíta da redução invadida. Além desta postura nada clerical, que aparentemente ignora atos condenáveis – aos olhos da Igreja – acontecendo ao derredor, o *beatão* mencionado por Montoya ainda finge que reza o terço, quando na verdade está contando os índios que estão sendo aprisionados, para então calcular quantos escravos terá para si na hora da partilha. Vale observar, portanto, que Montoya imputa ao capelão o desonroso procedimento de religioso que anseia pela mão de obra indígena. Um homem com o rosário nas mãos, passando as contas com os dedos ávidos... cada conta um índio, cada conta um escravo. Quanto mais peças aprisionadas, maior sua fração quando da distribuição delas entre os membros da expedição.

Não sendo propriamente um agente ativo do apresamento, o capelão bandeirantista, com seu procedimento conveniente, apresenta-se como um elemento apresador passivo, uma vez que não denota, de forma alguma, estar em discordância com os objetivos elementares dos bandeirantes. Isto num primeiro momento, pois ao receber sua cota de presas após os ataques, o *beatão* demonstra de forma explícita sua concordância ou anuência em relação à captura e escravização dos silvícolas. Analisando por outro prisma, considerando sua participação como membro efetivo da expedição, que tendo partido de São Paulo, marchou pelas matas e deu caça aos índios, julgamos razoável o entendimento de que ele – o *beatão* ou capelão – era também um expedicionário apresador, posto que figurava nas fileiras de uma corporação organizada, que tinha como único fim o apresamento dos autóctones. Em qualquer das duas proposituras, percebe-se às escâncaras, que a presença formal da figura do religioso não inibia a atitude comumente atroz, verificada no bandeirismo apresador.

A inclusão do capelão nas bandeiras foi concebida em estreita relação com a necessidade de conciliar os sertanistas com Deus, a despeito de seus atos reprováveis perante a doutrina da Igreja Católica. Destarte, torna-se compreensível – lembrando que aqui nosso propósito não se alicerça no julgamento – a postura do *beatão*, quando demonstra em suas maneiras aparentemente não notar os crimes perpetrados em sua presença. Sua função não era soffrear a ação dos paulistas através de palavras ou ações. Na verdade, em termos práticos, qualquer cerceamento ao comportamento dos expedicionários implicaria em procedimento antagônico ao objetivo primordial da empresa. Os bandeirantes embrenhavam-se pelas matarias para capturar índios, considerando previamente todos os aspectos concretamente tangíveis da jornada. Não estava inclusa nas deliberações dos paulistas todo o sentido abstrato da fé cristã, quando da organização de uma bandeira escravizante. O que precisasse ser feito seria feito, desde que a mão de obra silvícola fosse trazida do sertão. Nenhuma outra implicação



sobrepujava esta ordem de ideias, bastando para isso constatar na historiografia as abundantes chacinas que vitimaram os indígenas à época das bandeiras, sobretudo no século XVII. Conhecedores dos principais preceitos do cristianismo, mas também sabedores de que esses preceitos limitariam suas práticas homicidas e escravocratas, os paulistas encontraram uma saída singular, um escape pelo viés do perdão posterior, formalmente concedido por um *homem de Deus*. A presença do capelão nas expedições foi engendrada desta forma, onde ficou estabelecido entre os homens de armas e o *representante de Deus* o entendimento tácito de que os primeiros eram caçadores de gente, sendo o último responsável pelo ato da reconciliação dos primeiros com Deus. Pacificar as mentes atormentadas por muitas e implacáveis culpas, esse era o trabalho do capelão nas bandeiras. Isso fica muito claro em Ricardo, onde o apologismo aos bandeirantes mescla-se indissolúvelmente à uma desvelada hostilidade ante a religiosidade propalada pelos jesuítas, carregada de conotações limitantes à violência. É nítida a aversão desse autor, no que concerne ao balizamento da liberdade de ação apregoado pelas convenções cristãs. Nada de rédeas, nada de freios dos *beatões*, capelães ou padres. Interessava aos paulistas apenas o arrefecimento de seus tumultuosos conflitos interiores, gerados por uma vida contumazmente sanguinária. Quanto a isso, observemos os escritos de Ricardo:

Precisava o bandeirante de alguém que lhe passasse esponjas na alma e recorria ao capelão como quem recorre àquele que nascera pra esse fim: **perdoar em nome de Cristo. Si o padre não tivesse essa função misericordiosa de perdoar, então que fosse às urtigas. Sua função obrigatória era ‘descarregar a consciência’ ao sertanista atormentado.** Fizesse isso e teria cumprido o seu dever (RICARDO, 1942, p. 222) (o grifo é nosso).

Estas palavras explicitam, de forma clara e enfática, que os sertanistas queriam de seus capelães nada mais que o perdão. Findadas as tormentas da consciência, reiniciada a bonança dos pensamentos apascentado, os sertanistas estavam prontos para cometer novos pecados e obter novos perdões.

Curiosas são as incursões labirínticas no discurso de Ricardo, quando busca justificativas estéreis para explicar os crimes dantescos cometidos pelos expedicionários paulistas. Em diversos trechos de *Marcha para Oeste*, os bandeirantes são qualificados como sentinelas vanguardistas da gênese da pátria brasileira. São os formadores da nação, são patriotas emblemáticos, que levam padres em seus deslocamentos sertanejos. De mentalidade simplista e rude, os homens andrajosos do planalto paulista são sugeridos como semeadores de atitudes indispensáveis à formação inicial e ao fortalecimento da pátria. Sabemos que esses homens, ao encetar distantes caminhadas pelas matas da Colônia, estavam sendo movidos por motivos particulares, restritos. Volvidos para a solução de sua indigência, os anseios do planalto de Piratininga não estavam preocupados com a pátria, não estavam ocupados com elucubrações requintadas e coletivistas, uma vez que nem mesmo possuíam agudeza intelectual para isso. Caçadores de mão de obra escrava, os bandeirantes capturavam os nativos da terra para aplacar a miserabilidade de suas vidas no altiplano de São Paulo. Para que este objetivo fosse concretizado era necessário o emprego da violência, que não raro atingia matices assustadores, cabendo aos capelães o concedimento do perdão aos autores dos assaltos. Desta forma, percebe-se que a agressividade das empreitadas apresadoras era motivada por implicações históricas específicas, não sendo gestada no bojo de sentimentos de patriotismo. Não obstante estas considerações, observemos as distorções contextuais envolvendo a pátria, escritas por Ricardo:

Fossem suprimidos os crimes, que explicam a origem de todas as pátrias e estas só existiram no reino do céu. As pátrias não se formam sem dor, sem ação, sem sangue. Daí a razão pela qual bandeirante nunca dispensou padre. Este seria obrigado, por bem ou por mal, a descarregar a consciência daquele, já que Cristo era bandeirante. Pois não é Cristo o pai dos bons e a esperança dos maus? Estes e aqueles não lhe pertencem, segundo a linguagem da própria bíblia? A técnica do perdão não é a grande arma do cristianismo diante do irremediável? (RICARDO, 1942, p. 223).

Estas palavras disparatadas de Ricardo atingem culminâncias burlescas, qualificando o próprio Cristo como bandeirante e afirmando ser obrigação – *por bem ou por mal* – do padre aplacar os dramas das consciências homicidas. Entendendo o perdão como *técnica* ou *arma* do cristianismo perante o *irremediável*, o autor acaba caindo na armadilha engendrada por suas próprias palavras, pois vale lembrar que para ser perdoado – segundo os cânones católicos – o pecador precisa demonstrar arrependimento. Ricardo não menciona isso, mas analisando seu tom ou viés discursivo, não parece ser inidôneo conjecturar que ele passa à larga de tanger o arrependimento, por tentar ressaltar que o derramamento de sangue é intrínseco ao nascimento das pátrias, já que *elas não se formam sem dor, sem ação, sem sangue*. Essa intenção transparece nas frases de Ricardo. A gênese das pátrias obedece em Ricardo à lógica do genocídio, sendo algo *natural*. Isso nos parece muito claro. E já que a aniquilação de seres humanos formam pátrias, existe heroísmo e patriotismo no ato de aniquilar. Em desdobramento, de forma implícita ou subliminar, está presente nesse pensamento a ideia de que não há nada do que se arrepender, já que atitudes heroicas ou patrióticas são merecedoras de honra e admiração, e não de irrompimentos individuais ou externações pias de acabrunhamentos ou remorsos. Assassinos e perdões, sem passar necessariamente pelo arrependimento exteriorizado. O remédio serial para o irremediável serial. O perdão serial para assassinatos seriais. Apresadores e capelães, respectivamente matadores reincidentes e promovedores de perdões sequenciais. Para os sertanistas, o ajuste de contas ou a reconciliação com Deus era algo posterior ao apresamento e ao morticínio. A necessidade de abastecimento e reposição de mão de obra indígena era constante, sendo, portanto, constante a violência e o perdão concedido pelos capelães em nome de Deus.

Heroicizados à exaustão por diversos autores além de Ricardo (tais como Taques, Taunay, Magalhães, Cortesão e Ellis Júnior), os bandeirantes cada vez mais se distanciavam de si mesmos, através das representações que sobre eles foram elaboradas ao longo das décadas, por *penas* distintas. Se os autores apologéticos forjaram o paulista como um herói patriótico, os *escribas* jesuíticos descreveram o mesmo ator histórico como um carrasco implacável, que parecia mais interessado em perpetrar crimes dantescos. Ambas as formulações são tendentes ao exagero<sup>7</sup>. Faz-se necessário refletir criticamente acerca desta questão. Para tanto, são pertinentes estas palavras de Norbert Elias:

Quando se olha mais de perto, contata-se frequentemente que pensamentos que se reivindicam como exatos revelam-se meios de luta ou de propaganda utilizados por certos grupos ou pessoas quando estes se opõem a outros grupos. A análise sistemática de tais funções das ideias é um problema sociológico de grande importância (ELIAS, 1990, p. 118).

---

<sup>7</sup> Discutimos esta questão detidamente em dois livros que publicamos: *Motricidade e Corporeidade no Brasil Colonial: bandeirantes, índios e jesuítas* (2008) e *Heróis nos livros didáticos: bandeirantes paulistas* (2011).

Comentando sobre a proficuidade do trabalho intelectual, Elias aponta a sua *convicção de que a reflexão pode encontrar algo de novo e irrefutável* (ELIAS, 1990, p. 102). O sociólogo alemão também revela, simultaneamente, argúcia e equilíbrio, ao afirmar que a *necessidade de desmistificação é uma de minhas (dele, Elias) motivações essenciais* (ELIAS, 1990, p. 46), bem como ao corroborar esta mesma ideia, porém noutros termos, ao falar sobre a sua *necessidade de erguer o véu das dissimulações* (ELIAS, 1990, p. 47), ou ainda, ao afirmar sua profunda convicção *de que os homens conviveriam mais facilmente sem mitos* (ELIAS, 1990, p. 48), culminando por afirmar, peremptoriamente, nesta ordem de ideias, que: *A desgraça da humanidade [...] é que ela não raro se deixa levar por ideias não-realistas* (ELIAS, 1990, p. 56)<sup>8</sup>.

Caracterizado por uma acuidade analítica bastante peculiar, o pensamento eliasiano parece sinalizar possibilidades consistentes para as intenções revisionistas que se acercam dos estudos sobre o bandeirante paulista, um personagem histórico *mitologizado* ora como herói, ora como algoz. A teoria produzida por Elias pode contribuir não pouco para que o paulista colonial possa ser entendido como um vivente de sua época, situado historicamente, um sertanista que escravizou e matou índios, alargou os domínios da América portuguesa, encontrou minerais valiosos e, não raro, viveu seus últimos dias buscando, avidamente, redimir-se perante Deus.

### Referências

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 11 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1976.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. O Escravo Índio, esse Desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Índios no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Global, 1998.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias de Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. Trad. Arnaldo Bruxel. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: Olympo, 1942.

VOLPATO, Luíza. **Entradas e Bandeiras**. São Paulo: Global, 1985.

**Endereço:** Rua Goiás, 46, Jardim América, CEP; 79.824-110. Dourados/MS.

---

<sup>8</sup> Todas estas ideias de Elias foram expressas oralmente em 1984, num bloco de sete entrevistas (três em Bielefeld e quatro em Amsterdam) concedidas a A. J. Heerma Van Voss e A. Van Stolk, que deu origem ao livro *Norbert Elias por ele mesmo*.